O Humanismo Financeiro de SALAZAR

O HUMANISMO FINANCEIRO DE SALAZAR

Digitalizado pela
Frente Integralista Brasileira
http://www.integralismo.org.br/
Deus - Pátria - Família

COLECÇÃO «ATLÂNTICO»

2

O HUMANISMO FINANCEIRO DE SALAZAR

POR

MANOEL LUBAMBO

SECÇÃO BRASILEIRA DO
S. P. N.

MANOEL LUBAMBO

Manoel Lubambo nasceu no Estado de Pernambuco no ano de 1904 e faleceu no Hospital Português do Recife em 14 de Março de 1943. Viveu, portanto, apenas 39 anos, dos quais os últimos foram dedicados a uma obra de profundo sentido nacionalista.

Acêrca de Manoel Lubambo lê-se no volume publicado pela Congregação Mariana da Mocidade Academica, do Recife — «Lembrança do III Congresso Eucaristico Nacional aos seus Irmãos do Norte e do Sul, 2-7 de Setembro de 1939»:

«Fundador de «Fronteiras», e ex-secretário de Fazenda de Pernambuco.

«Auto didata. A-pesar de não ter cursado senão pouco mais do que as primeiras letras, é jornalista de raça, sociólogo, economista, financista, escritor, polígrafo, versando com mão de mestre assuntos de arte, de história, pedagogia, etc..

«Talento profundo e penetrante, controversista argu-

to e temível, capaz de descobrir argumentos nunca imaginados e esmagar o adversário com lógica de ferro e estilo vigoroso e causticante até sangrar.

«Homem de visão clara, vasta e profunda dos problemas da actualidade.

«Carácter forte, impoluto, íntegro, franco, personalidade inconfundível, temperamento de lutador indomável; franco atirador, impetuoso, coragem personificada; exposto a ser incompreendido.»

Estevam Cruz na *Antologia* acomodada ao programa de vernaculo, 3.ª série, edição da Livraria Globo, também se refere largamente a Manoel Lubambo, de quem o Embaixador de Portugal, Doutor Martinho Nobre de Melo disse em sessão solene, na presença do Chefe do Estado Brasileiro e das mais altas individualidades do Brasil: «Manoel Lubambo, o pensador e o homem de acção, que parece ter vindo levantar, perante as novas gerações do Brasil e Portugal, o cetro de Cristo e o sentido heróico da cultura nacionalista luso-brasileira, que estava esquecido e abandonado sob os túmulos de António Sardinha e Jackson de Figueiredo».

E em outra ocasião o mesmo Embaixador o classificou de «mestre do futuro».

Manoel Lubambo deixou em volume, duas obras notáveis: «Capitais e grandeza nacional», na colecção «Brasiliana», S. Paulo, 1941 e «O Humanismo financeiro de Salazar», conferência pronunciada no Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, iniciativa do então consul de Portugal Dr. Manoel Anselmo, e editada pelo mesmo Ciclo, que é mais uma afirmação do alto patriotismo dos portugueses residentes no próspero Estado nordestino.

Dirigiu «Fronteiras», o que houve «de melhor no Brasil, em matéria de revista moderna», no conceito de Tristão de Ataíde, e nela publicou alguns dos seus mais desassombrados ensáios e que justificaram as palavras do Dr. Agamenon de Magalhães, Interventor de Pernambuco: «Ao exemplo de Jackson de Figueiredo devemos, em Pernambuco, a formação de uma equipe de pensadores católicos: Manoel Lubambo em «Fronteiras», realiza a luta contra as trevas» e de Plinio Salgado: «*Fronteiras*, é o sinal que a nossa Pátria não morreu, não morre, nem morrerá».

Foi em «Fronteiras» que Manoel Lubambo publicou os seus estudos «Contra Nassau», «Olinda (sua evolução urbana no séc. XVI)» e «Crise do Pensamento Histórico Contemporâneo».

Com vinte e poucos anos, na *Revista do Norte* escreveu um notável artigo—«Carácter» — «em que prestou logo justiça à sua segunda Pátria, a Portugal, especificando que fôra a colonização portuguesa, através dos seus métodos de govêrno, das liberdades «municipais» dos forais, da cristianização das famílias e corporações, que fundára a própria consciência nacional brasileira». (Manoel Anselmo, «Manoel Lubambo, a ami-

zade luso-brasileira e a latinidade», ed. Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, Recife, 1943).

Em 1934 publicou o seu ensáio «Sôbre Duarte Coelho e o seu sistema de Administração» e a seguir «Hierarquia».

Manoel Anselmo que na sua conferência sôbre «Manoel Lubambo, a amizade luso-brasileira e a latinidade», afirmou que êste eminente brasileiro «tinha costela de Torquemada numa alma seráfica de monge», refere que o autor do «Humanismo financeiro de Salazar» «como um grande capitão da Idade Média, defendeu heròicamente, em *Fronteiras*, conjuntamente com o Padre António Fernandes S. J. e com Guilherme Auler, a espada cristianissima de Franco que impôs, com o sangue espanhol e português vertido, às planícies maculadas de Castela, o itenerário católico, autoritário e corporativo que é ideal extremo da nossa *hispanidade*. Defendeu também a posição honesta e corajosa da política diplomática de Salazar, então muito mal compreendida por muitos, mas só agora justificada por todos como genial».

Como secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco, logar que exerceu a convite do Interventor, também a sua acção foi notável.

Sôbre êsse período da sua actividade assim se manifesta a publicação da Congregação Mariana, atraz citada:

«Ao assumir a Secretaría da Fazenda teve de defrontar-se com a confecção do orçamento do Estado. Logo se revelou uma personalidade marcante, pois devido ao novo estado de coisas instituido em 10 de Novembro, o Estado de Pernambuco sofria novas sangrias nas suas já minguadas fontes de renda...

«A sua administração caracterizou-se por um seguro julgamento dos casos que lhe eram presentes, daí resultando uma estricta justiça fiscal, sobremaneira encomoda às firmas e empresas portentosas.

«Marcante como foi a sua administração, a sua personalidade se afirmou de tal maneira que outros Estados da Federação como Baía, Alagôas e Paraíba têm enviado delegados para estudarem as reformas introduzidas por êle e as aplicado com ligeiras modificações de ordem local».

Ao
PADRE ANTÓNIO FERNANDES S. J.
meu Mestre e meu Amigo

AO LEITOR

Em dias do mês de maio próximo passado, fui surpreendido pelo ilustre Dr. Manuel Anselmo, Consul de Portugal em Pernambuco, com um convite honrosissimo : encarregar-me duma conferência em sessão que seria levada a efeito no dia 28 de maio pelo Ciclo Cultural Luso-Brasileiro *sôbre as finanças do Presidente Oliveira Salazar.*

O convite foi aceito e a conferência, pronunciada não no dia 28 de maio, mas no dia 18 de junho, por impedimento do ilustre representante de Portugal, é a que tendes sob os olhos, na qual procuro fixar a impressão que tive, logo que, anos atrás, me iniciei no estudo da obra de Oliveira Salazar. Obra que desde então comecei a admirar não só pela singular virtuosidade com que foi realizada, como por esta nota que logo me feriu a atenção : o que me pareceu o seu humanismo.

No Brasil, onde o magnífico esfôrço do chefe português é mais conhecido pelo que êle realizou no capítulo,

bem menos significativo, da economia corporativa, o trabalho talvez tenha a sua utilidade : valerá como uma introdução, imperfeita embora, ao estudo da obra financeira, sem dúvida a mais importante de tôda a administração de Salazar. Aquela onde o seu génio se afirmou de maneira mais original e fecunda. Mais dogmática também.

Relendo a conferência, vejo que tive de sacrificar muitos dos aspectos, alguns dêles relevantes, da obra que foi objecto do meu estudo ; mesmo nos capítulos estudados — o sistema tributário por exemplo — tive de parar, por falta de tempo, quási ex-abrupto, *deixando quási a meio o seu desenvolvimento. Estou, porém, que mesmo sacrificando grandes secções da obra, não deixei de fixar-lhe o que me pareceu o essencial : o estilo.*

M. L.

Recife, julho de 1942.

1

O PANORAMA DA OBRA

A prodigiosa carreira política de Salazar é por demais conhecida: colocado pela ditadura de 28 de maio no pôsto de ministro das Finanças, cedo a sua influência se faz sentir em todos os domínios da administração, dando-lhes o sentido da vocação portuguesa e lançando as bases do que seria já não uma simples restauração financeira, senão uma verdadeira ressurreição nacional. É um Barão Louis com o génio que faltou ao ministro de Luiz XVIII ; é um Colbert, mais concentrado e unitário no pensamento, mais feliz na acção. Em um ano, acaba com o *deficit* orçamentário, e o *deficit* era em Portugal uma normalidade financeira e um «complexo» psicológico ; em dois, paga a dívida externa ; em três, saneia a moeda e estabiliza o escudo ; em cinco ou seis, liquída a dívida flutuante e organiza o crédito. Mas isso é apenas um ponto de partida, porque a sua pasta

é o contrário duma «peau de chagrin» e sua obra uma permanente superação. Resolvido o problema financeiro, êle estende a sua acção sôbre a economia, que desenvolve com recursos consideráveis; sôbre a situação das massas obreiras; sôbre a reorganização do exército e da marinha; sôbre os problemas da educação e da cultura. Numa palavra: sôbre tôda a temática da complexissima política portuguesa. Política — observou o escritor Raymond Recouly — que tonifica e vivifica. E a que dá um sentido, um objectivo, uma alma. (1). Como estamos longe dêstes dias sombrios que antecederam o golpe de Gomes da Costa, quando a Sociedade das Nações, para transigir com alguns contados milhões de libras, humilhava Portugal, exigindo-lhe o *contrôle* da administração das finanças! Agora dá-se justamente o contrário e são os órgãos mais sisudos da City, o «Times», o «Financial News», o «Week-end Review», outros mais, que proclamam, verdade que com «fair play», o êxito singular desta obra que não tem paralelo nos tempos modernos. O «Times» afirma: «A maneira como decorre o novo regime é seguida na Inglaterra com imensa simpatia e interêsse. Portugal ganhou novamente o respeito da Inglaterra e dos outros países, por se ter mostrado capaz de equilibrar o orçamento, o que é uma liberdade rara na Europa actual». E o «Week-end Review» êstes comentários que só nos podem encher de orgulho: «Nós, antigamente, mandávamos peritos financeiros para auxiliarem os governos dos outros países; aproxima-se o tempo em que o Govêrno português nos poderá prestar um serviço semelhante» (2).

Mas já agora Salazar é um nome europeu e não são apenas os inglêses, com sua aguda receptividade para os problemas financeiros, mas os franceses, com sua receptividade para os problemas humanos e para os problemas do espírito, os espanhois, os alemães e até os tranqüilos suiços, que se debruçam sôbre Portugal e fazem a romaria de Lisboa. É tôda a *élite* europeia, os Maurice Maeterlinck, os Jacques Bainville, é Pelisson — e Pelisson é Charles Maurras, nome que pronuncio sempre com emoção — é Gonzague de Reynold, é Henri Massis, é Thierry Maulnier, é Paul Valery, é Eugénio D'Ors, que fazem já não a crítica, mas a apologia calorosa da obra e do regime dêste ditador «malgré lui» (3), dêste financeiro, que é sobretudo um «sage» e um humanista. Maurras chama-o, pelas colunas da «Action française» «un maitre de la doctrine de la vie nationale» e Paul Valery encontra nesta obra que fala tão profundamente à sensibilidade francesa íntimas satisfações para o seu gôsto de ordem e de método. Gonzague de Reynold vem do fundo do seu cantão suiço e escreve êste admirável «Portugal», largo e compreensivo quadro da vida e do carácter português. E Eugénio D'Ors com tôda a sua autoridade de um dos cumes da moderna inteli-

gência espanhola, aproveita o assunto — que é sempre Salazar — para um cumprimento que num espanhol nunca é diplomático: «Me he atrevido a assegurar que la aplicación de una especie de analisis quimico al conglomerado que llamamos «Europa», revelaria como resultado la presencia de dos unicos cuerpos simples: Grecia y Portugal. El simple de lo clásico y el simple de lo barroco. El agente por donde el espiritu es hereditario, es decir, hijo del espiritu, y el agente por donde es cosmico, hijo de la natureza. El que lleva el simbolo de Apolo y el que lleva el simbolo de Pan. O, si se quiere, el del Padre y el de la Madre... Si: — conclue D'Ors — dos unicos cuerpos simples en Europa; el resto cuestion de dosis» (4). E ainda não é tudo, porque a melhor nota ainda vem da França e pela boca de Joseph Barthelemy, o famoso decano da Universidade de Paris e hoje ministro da Justiça de Pétain, de Joseph Barthelemy que se dirigia outro dia a Portugal, pelo rádio, dizendo de Salazar: «Pedimos-lhe lições» (5).

Obra quási desconcertante pelo seu magnífico sucesso, pelo que se pode chamar a regularidade do êxito, obra de sabedoria e de génio, de «chance» também, não esquecer que ela começa pelas finanças e apoia-se em cifras. As rotundas e pragmáticas cifras dos orçamentos equilibrados, sem as quais o golpe de Gomes da Costa não passaria de mais um golpe de espada a se juntar

aos 16 ou aos 20 vibrados de 1910 a 1926; um golpe estéril. Ora, vamos nos deter diante destas cifras e examinar a magnitude dêste esfôrço. Do alto da nossa «carlinga», já descortinamos a obra em seu conjunto panorâmico e sua projecção internacional. Vamos agora andar a pé, e palmilhar calmamente as «áleas», as «ruas» desta quinta — e me lembro da de Santa Comba — onde cresce o milho, a hortaliça, a batata, a vinha... A quinta — digo — e não o jardim, porque o jardim é a obra que estão realizando os escritores, artistas e poetas, que, ao seu impulso, estão dando no livro, no jornal, a medida da nova inspiração portuguesa. Minha bibliografia? «A reorganização financeira», com as suas 550 páginas; dois volumes de «Discursos»; o «Salazar», de António Ferro; «Portugal», de Gonzague de Reynold; duas ou três publicações especializadas do S. P. N.; relatórios, exposições de motivos, recortes de jornais. Uma bibliografia paupérrima para um professor «yankee», mas que lí «passo e bem apontado», como recomendava el-rei Dom Duarte. Quanto à natureza do estudo é mais interpretação, do que exposição; mais filosofia financeira, do que propriamente finanças; mais o sistema visto em seus elementos anatómicos, do que em seu funcionamento; mais análise, do que síntese; mais química do que física. E quanto ao seu objecto dirá respeito menos aos resultados — dum interêsse sempre privativo e de qualquer maneira já hoje um batido lugar

comum para portugueses e brasileiros — do que ao método; aos princípios; aos objectivos. À parte, digamos, «formal» da obra. Que é a mais duradoura do ponto de vista das idéias. A de mais importância, portanto, para os interêsses da ciência e da cultura. Poupar-vos-ei, assim, duma dieta excessiva de cifras. Em compensação, solicito vossa paciência, porque a «quinta» oferece os aspectos mais atraentes e o passeio será longo. O estudo foi denominado «O humanismo financeiro de Salazar». Sem ser uma tese, acredito que êsse traço vai emergir, sem esfôrço, das considerações a seguir.

2

O MÉTODO

A primeira característica do pensamento de Salazar é uma característica de índole cartesiana: a ordem, o método, o gôsto do estudo dos problemas por partes, por ordem de dificuldade; da sua solução por ordem de importância, de precedência, de urgência. Heresia a descoberta? Não: a mesma impressão — ainda que sem a explicitar — têve certamente António Ferro, quando inseriu, a título de exergo, no limiar do seu «Salazar, o homem e a obra» a observação profunda de Paul Valery: «Le résultat des luttes politiques est de troubler, de falsifier dans les esprits la notion de l'ordre d'importance des questions et de l'ordre de l'urgence. Ce qui est vital est masqué par ce qui est de simple bien être. Ce qui est d'avenir par l'immediat. Ce qui est très nécessaire par ce qui est très sensible. Ce qui est profond et lent par ce qui est excitant». Ora, isso visto pelo

avêsso é cartesianismo e do mais autêntico. Duas das quatro regras do filósofo de La Haie. E isso é também salazarismo, e do mais característico salazarismo. O seu forte. A sua «qualité maitresse». Ou uma delas, porque em Salazar — êsse egrégio, êsse «herói» que Gracian assinalaria — todos os traços são fortes e eminentes. Vêde a sua obra — seja a que se traduz pela actividade política e administrativa, seja a pròpriamente científica e literária: é tudo dominado por um só critério: a ordem na seqüência das soluções; uma «política cautelosa mas seguida»; a convicção de que «a passo chegaremos a tempo». Etc., Etc.. Formulando os problemas a serem atacados pela ditadura relaciona-os segundo esta ordem: em primeiro lugar o «financeiro»; em segundo lugar, o «económico»; por último o «social». «Pú-los nesta ordem — explica — e isso não foi arbitrário da minha parte. Esta simples disposição revela uma orientação definida: que uma finança sã requer uma economia próspera; que a questão social, agravada por sua vez, prejudica os problemas financeiros e económicos. Mas porque não podemos resolvê-los a todos duma vez, necessário é discutir na ordem da sua solução» (6). E para evitar crises de impaciência aos mais apressados faz logo no acto de posse a seguinte advertência: «Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas que se me não exija que chegue ao fim em poucos meses». Em três, como noutra passagem diz

ser hábito entre os portugueses. E entre os brasileiros, adianto eu. Explicando a precedência do problema financeiro sôbre o económico, que em Portugal depende estreitamente da sanidade das finanças diz:

«É sabido que as emissões exageradas desvalorizam a moeda. E o que é essa desvalorização? É o metro elástico introduzido na vida económica. E com uma moeda instável não há economia que vingue e possa prosperar. Por êste processo se tornou o Estado o grande inimigo da economia nacional. Atravessamos uma grave crise económica cujas principais causas foram essa instabilidade monetária, a alta de juro do dinheiro e a escassez de capitais; aquela alta provocada pela escassez de capitais; esta escassez provocada pela desvalorização da moeda, que ao mesmo tempo que opera na sociedade transferências de fortunas, consome em geral grandes somas de capitais» (17). «Todos êstes males têm somente uma cura; a estabilidade da moeda, e esta é impossível independentemente da solução do problema financeiro» (8).

E mostrando a prioridade do problema económico sôbre o social, prioridade não por ordem de eminência, mas por ordem de execução, seja-me lícito lembrar com o mestre da «Enquête», dá esta lição de que devemos sempre nos lembrar:

«Da não solução do problema financeiro e económico resultam, como não pode deixar de ser, graves perturbações sociais. O problema da distribuïção da riqueza converte-se num simples problema de repartição que não tem solução vantajosa sem um aumento de riqueza e produção. Salvo o caso de parasitismos económicos que devem ser evitados e corrigidos, só o aumento de produção pode favorecer a solução da questão operária. Têm os operários direito a uma melhoria na sua vida, na sua condição? A melhor casa? A maior e melhor instrução? Sem dúvida alguma. O nosso elemento operário é precioso. O operário português é sóbrio, inteligente, disciplinado, vigoroso, trabalhador, mas inferior muitas vezes sob o ponto de vista técnico. Daqui provém uma reduzida produtividade, por outro lado imposta pela condição de inferioridade técnica de muitas indústrias.

Que seria pois necessário? Resolver o problema económico, aumentar a produção da riqueza para que a todos possa caber maior quinhão. Sem isto a legislação de carácter operário será quási inútil ou poucas vantagens trará: com crise económica não há, pode dizer-se, salários altos» (9).

Enfim, ordem, seqüência, rigorosa seriação, em cada um dos capítulos em que se dividem os problemas da administração. E dentro de cada capítulo, também or-

dem, seqüência, rigorosa seriação. Isso significa o seguinte: sangue frio; ausência de qualquer forma de precipitação; anti-demagogia; prudência do entender e do agir. Êste é o primeiro traço da «maneira» de Salazar. Traço cartesiano, sem dúvida.

Estou longe, entretanto, de querer sacar da «maneira» de Salazar um novo «Discurso sôbre o método», o qual é largamente superado por Salazar, — êste complexo. Cartesiano pelo estilo, pela linha exterior do pensamento, pelo gôsto da «seriação» dos problemas e sua «arrumação» (a palavra é caracteristicamente salazarina), segundo critérios de prudência ou de acôrdo com o que se poderá chamar uma política do entendimento, sua ideação no que tem de mais íntimo, no que nela é qualidade e não simples estrutura, essa, é de outra estirpe mental. «Um místico das cifras»; — «um contabilista de almas e orçamentos»; — um «homem debruçado sôbre a carta de Portugal, sôbre a planta da pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso» — imagens literáriamente felizes, sem dúvida, imagens que retratam com fidelidade a linha psicológica do antigo professor de Coimbra. Imagens exactas. Exactas mas parciais. Para serem completas seria necessário que comportassem uma outra dimensão — uma dimensão que os matemáticos ainda não conseguiram reduzir a números: a qualidade psicológica, a finura da alma. E não só isso: o que há neste pensamento, neste «com-

posto», de elementos históricos e de experiência humana. Numa palavra: o bom senso. E aqui seria preciso abrir espaço para discorrer sôbre êste bom senso de Salazar, que poderia provir do «Discours», mas não provém. Para retraçar a origem portuguesa e a qualidade católica desse bom senso. Mas para isso teriamos que deixar de lado o filósofo do quarto quente de Francfort, para travar conhecimento com um tipo cultural e histórico inteiramente diverso: o «cristão velho». Um daqueles autênticos cristãos velhos do Quatrocentos português de que nos fala António Sardinha — rudes homens mas poderosos entendimentos—que, citando «aristotellis» (Aristoteles com «A» minúsculo!), sustentavam alto e bom som, sem as pieguices sentimentais nem os escrúpulos demagógicos de hoje: «que os maiores na República devem reger e governar e os meãos obedecer e ajudar e os mais baxos trabalhar e servir» (11).

Não procurar nesse sólido bom senso, que defino como a filosofia do cristão velho, nenhuma filiação erudita. Nada nêle dum sistema de idéias, ou duma teoria científica, com a sua patente de invenção e o respectivo nome do inventor: é antes o que numa imagem, não propriamente de salão, eu chamarei uma utensilagem de cozinha, com suas peneiras, suas panelas, seu forno, seu pilão. Uma utensilagem de cozinha e não um instrumental de laboratório. Mas uma utensilagem que trabalha e rende. É — êsse bom senso — o trabalho não dum bestunto orgulhoso, mas a experiência das gerações. Não tem «especificidade» científica. Não é esta ou aquela ciência. É uma acumulação de ciências. É a geometria de Descartes e a lógica e a psicologia de Santo Tomaz; é história e é fábula; é matemática e é poesia; é observação da natureza e é conhecimento dos homens. É uma elaboração histórica. São as sínteses e as reacções mentais e morais dum povo. Certo, os mestres e inventores de idéias e sistemas entram nessa síntese, nesse «composto» químico, mas isso diluidos e até diminuidos, como o «aristotellis» (com «A» pequeno) do cristão velho de Quatrocentos. Quási em forma de folclore. De sabedoria popular. Quási anónimo.

Filho da terra, descendente de lavradores, que é a classe que incarna por excelência as qualidades realistas. Salazar tem no sangue êste bom senso fundamental; é por êle que a sua obra nos dá esta impressão de fôrça, de ponderação, de saúde, que dela se desprende. Sem dúvida, a cultura, a alta formação universitária, deu a êste bom senso as bases científicas, o prestígio erudito, e Gonzague de Reynold está certo quando surpreende nêle a influência de sistemas e mestres: Maurras, Le Play, Santo Tomaz... Mas não exagerar a parte nem de Maurras, nem de Le Play, nem de Santo Tomaz no êxito de Salazar, o mundo está cheio de «tomistas» que não sabem administrar um povoado, quanto mais

um país. O que é responsável pelo seu êxito, o que lhe garante a vitória, o que faz dele um outro D. Diniz «que fêz tudo quanto quis», é o que há nele de português, e mais anonimamente português: êste bom senso. A sabedoria do «cristão velho». A outra «prenda» que está na base do método de Salazar. A «prenda» que salva o cartesiano de ser um abstracto e um absorto. Um sêco sem raízes na vida. Que o salva dos «sistemas» e dos «grandes planos». Da geometria simplista dum Pombal e da legislação anti-portuguesa dum Mousinho da Silveira. Que lhe dá elementos para resistir às utopias. Maurras, Le Play, Santo Tomaz... meros enfeites se não fôssem emulsionados neste bom senso; se não passassem pelo estômago do cristão velho. Do cristão velho que há em Salazar.

Que êsse bom senso existe nêle — e em alta percentagem — di-lo a história do seu êxito. Que êsse bom senso é, nêle, não apenas uma forma de agir, mas uma maneira de pensar; não uma atitude de índole política, mas uma convicção e até uma forma de filosofia, é Salazar mesmo quem o afirma e isso repetidas vezes: «Não é do meu gôsto — diz êle — dobrar os factos às exigências das concepções teóricas, e apesar de viver segundo um certo número de princípios fundamentais, estou longe de ser um fundador de sistemas e de modo nenhum faço uma questão pessoal tôda a vez que a realidade se

mostra em algum ponto em desacôrdo com êles» (12). Os biógrafos e comentadores de Salazar têm assinalado o traço predominante lógico, e mais precisamente, geométrico, do pensamento de Salazar, e um dêles aponta com razão a dificuldade de se extrair frases isoladas dos seus períodos — quási sempre estruturados «sob a forma de deduções submetidas à demonstração matemática» (13). Uma verdadeira decepção para os compiladores e autores de antologias. Isso é verdade e aquí fôrça é ainda encontrar Descartes. Mas exagerar êsse «logicismo» e concluir, à luz dêsse aparato matemático, por um Salazar abstracto e pobre doutros elementos, doutras «potências» — eis o que seria desconhecer a complexidade mesma do seu génio, que acusa espírito de geometria — e isso já foi largamente demonstrado — mas também «esprit de finesse»; lógica mas também realismo. Isto é: prudência intelectual e circunspecção política. Ou seja: sabedoria; saudável malícia. O espírito geométrico é responsável pela «conduta» da batalha, segundo o que dependia de ordem e escalonamento dos problemas. O «esprit de finesse», que não é outra cousa que senso psicológico e flor de bom senso, êsse, é responsável pelo que há nela de dinamismo e de acção. É êle, por exemplo, que explica as virtudes do «administrador», quando contrapostas às virtudes do «professor», essas sendo explicadas mais pelas qualidades lógicas; que explica também a qualidade e as dimensões aparentemente modes-

tas dos seus planos e medidas administrativas; que explica, para dar um exemplo concreto, declarações como as que vou colher num discurso de 1928: «Advoguei sempre a política do simples bom senso, contra a dos grandiosos planos, tão grandiosos e tão vastos que tôda a energia se gasta a admirá-los, faltando-nos as fôrças para os executarmos. Uma política de administração tão clara e tão simples, como a pode fazer qualquer boa dona de casa; política comezinha e modesta que consiste em se gastar o que se tem e não dispender mais do que os próprios recursos» (14).

Um escritor estrangeiro observou certa vez a ausência de «rasgos de génio» no sistema de Salazar e sem dúvida o que fere a atenção dos observadores é essa política feita por parcelas, planejada com simplicidade, vazada dir-se-ia que segundo as regras dum «pointillisme» político. Estamos realmente diante dum dos traços mais curiosos do «composto» salazarino, que nunca deixa de manifestar sua aversão contra o «grandioso» — pelo menos contra o grandioso para efeito de chapa fotográfica, o grandioso para inglês ver. A sabedoria dêste professor é a mesma sabedoria do lavrador de Santa Comba: a sabedoria que se aprende na intimidade da natureza e esta tem isto de notável: que só é monumental quando se torna realização, não quando é mero plano, quando é plano, quando é semente, é dúma humildade exemplar; e ainda isto que é uma perene lição aos políticos de todos os tempos: que só se deixa fotografar na colheita e não na semeadura... Não pensar, portanto, que essa maneira é a dum pobre de imaginação, nem confundí-lo com um Gaudin, o exacto e operoso ministro de Napoleão, o qual compensava a monumentalidade do génio do corso com o gôsto «das questões de detalhe e a minúcia fatigante», nêle tão vivos: as suas minúcias não são de ordem burocrática e os seus processos, em que a dona de casa bota tempêros quási imperceptíveis, se são simples, o são sem dúvida, serão duma simplicidade complexa. «Processos novos, complexos na sua simplicidade» escreveu o sagaz António Ferro. De resto, e voltando à imagem do «pontilhismo» político, simples pontos podem formar conjuntos grandiosos. Grandiosos e harmoniosos.

E o que se dá com os seus processos administrativos, dá-se também com o seu estilo literário. Nada nêle das magníficas fórmulas de medalha dum Mussolini. Nem o «pathos» dum Hitler. Em compensação, está cheio de outras qualidades, doutros «primores» (gosto da palavra gracianesca) igualmente egrégios: serenidade, acuidade psicológica, malícia, finura. Sem dúvida, êsse estilo, pobre de drama embora rico de psicologia, não exalta, nem emociona, mas convence. E esta a condição que o português de 1928, como o português de todos os tempos, lírico mas satírico, ingénuo mas crítico — e

o inglês Aubrey Bell já lembrou a propósito as «cantigas de mal dizer», que datam do século XIII — exige para «marchar»: ser convencido.

Mas páro com estas considerações, já prolixas, para entrar na parte final desta análise, que quero dedicar à fixação, rapidíssima embora, da qualidade humana desta obra: do humanismo dêste método. «Litterae humaniores»: não sacrificar o humano ao teológico — diziam os homens da renascença. E com mais razão: não sacrificar o humano ao simplesmente racional; — ao exclusivamente especulativo; — ao secamente teórico. Não sacrificar o humano a meros entes de razão. Aos entes de razão dos «enciclopedistas»; dos «iluminados»; dos geómetras da cidade humana. O pensamento de Salazar banha na realidade viva, complexa e real do povo português; na sua história intensa, dramática e numerosa; no seu «folclore»; e mesmo nos seus mitos. E digo mito aqui sem contradição, porque mito no seu sentido nobre não é ente de razão. Mito é mesmo o oposto do ente de razão: é «cardíaco». É elaboração sentimental e anónima dos povos e seus porta-vozes são os poetas — os Bandarra, os Cervantes, os Camões — e não nenhum professor de Liceu.

E a conclusão é a seguinte: que mergulhando suas raízes nesta realidade complexa, viva e real, as construções de Salazar têm uma comensuração humana; são feitas segundo uma escala, um metro, que não é

nem para anjos, nem para os deuses do Olimpo: mas para os bons pescadores e plantadores de milho do Minho; para os criadores e lavradores da Beira e do Alentejo; e até para as «desvairadas gentes» de Lisboa... O herói êle o mantém a distância; pelo menos do ponto de vista dos seus planos administrativos. Uma página admiràvelmente instrutiva é aquela em que, num país que vivia da contemplação do passado, êle tem a coragem de escrever:

«Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis — nunca, aliás, querida e venerada em excesso—demasiadamente escravisados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inegualáveis heroismos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente.

Só nós tivemos Vasco da Gama, João de Castro, Afonso de Albuquerque, os triunfos, as glórias fulgurantes da Índia; por detrás de nós, comerciantes inglêses, incomparávelmente menos ilustres, crearam para a Inglaterra, sem dar por isso, um grande império. Só nós tivemos D. João I, a «ínclita geração de altos infantes», Dom Afonso V, para estender Portugal para além do estreito e conquistar o norte da África; mas quem domina e vende os seus produtos em Marrocos é a França e a Espanha. Só nós tivemos Pedro Alvares Cabral, as missões dos jesuitas, o Brasil; mas ainda

que essa seja a nossa coroa mais valiosa de país colonizador e a nossa colónia de portugueses mais numerosa, vão-se os nossos compatriotas ficando ligados ao comércio e às profissões mais humildes, batidos em muitos estados por alemães e italianos. Só nós ensinámos os caminhos dos grandes oceanos a todos os povos da terra, fomos ao comércio e à pesca primeiro que muitos outros; e compramos agora o bacalhau à Noruega e embarcamos as nossas mercadorias em navios inglêses e da pequena Holanda. A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de aparecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende» (15).

A política de Salazar é a das virtudes quotidianas, do esfôrço anónimo e da vida normal: as virtudes dos santos, que são também — num sentido utilitário — as virtudes do industrial, do operário, do comerciante. As virtudes da dona de casa... Virtudes meúdas mas difíceis e fecundas. Virtudes forjadoras de povos poderosos. E aqui mais um traço de distinção entre Salazar, Hitler e Mussolini. Hitler vive no clima walkiriano e Mussolini no clima cesáreo: ambos num clima excessivamente mítico. Num clima capaz de provocar exhaustões. A diferença é grande, porque Salazar vive num meio histórico e real, o seu método é proporcionado às fôrças humanas, e o seu mito é uma forma de exaltação de

valores humanos. Tôda a obra de Salazar revela êste sentido de disciplina, de medida, do que eu chamo: comensuração humana. Uma palavra hoje muito em voga na literatura portuguesa, na literária propriamente dita e na administrativa, é a palavra «arrumação». Ela revela esta qualidade do seu método: «arrumação», ordem dentro da qual, os «humanos» podem se movimentar e viver. Humanismo. Um conceito que precisa ser conhecido é o que êle faz do progresso e do atraso. «O atraso salvou-nos», disse êle num momento de suprema sabedoria. Humanismo. Em tudo, portanto, êste senso de disciplina, de medida. Esta alfaiataria para o homem real. Esta mística da pátria, que é apenas civismo. Esta teoria económica que não se cristalizou nos «trusts». Estas finanças que não perderam os seus vínculos humanos.

3
OS PRINCIPIOS

L'art de la finance est classique et non point romantique — disse Robert Bigo. Mas se as finanças não são românticas há financistas românticos. Seus princípios? Suas regras? O próprio do romantismo é não ter regras: é se inspirar em idéias de ocasião, em concepções de momento, nos caprichos que se encasquetam na cachimónia de certos indivíduos bastante imaginosos para precisarem de princípios, de regras. Bastante imaginosos ou sem imaginação nenhuma, porque a imaginação quando tem classe é compatível com a disciplina e brilha tanto encerrada num «alexandrino», como no quadro do mais rígido catecismo financeiro. Indivíduos como o escocês Law, como o francês Loucheur. Como Loucher, de quem já se fêz um retrato que vale por tôda a sua classe: «Un gros homme agité et versatile, qui forme en une journée cent projets divers et parfois contradictoires, qui n'attache pas grand prix

à l'exactitude des mots ou même des chiffres: qui n'envisage que le succés de l'instant, et s'est révelé incapable d'un calcul à longue portée» (16).

A finança romântica é como o teatro alemão, no qual «tudo é permitido»... O Estado está em bancarrota, os preços sobem, o povo faz motim? Há um recurso absolutamente fácil e cómodo: a técnica do dr. Fausto: botar a «planche à billets» para rodar e emitir massas de papel moeda com lastro em tesouros imaginários. De 1910 a 1927 Portugal só conheceu financistas românticos e o balanço dêsse período tem um nome: a *débacle,* a bancarrota. Alguns dados concretos a título de ilustração: uma sucessão de *deficits* — são 18! — que se exprimem pela cifra de 2.684.727 contos. Emissões de papel moeda que crescem numa progressão que vai de 78.000 contos, em 1910, a 273.000 em 1918, para chegar a 1.990.000 em 1928. Uma elevação catastrófica da dívida flutuante: 270.000 contos em 1924, 566.000 em 1925, 1.246.000 em 1927. Uma depreciação do escudo que chega à base de 157 por libra. Uma elevação do índice dos preços, elevação não compensada por uma alta paralela dos salários, que orça por 30 vezes os preços de 1914. E não tentar botar ordem nêste caos, porque o Dr. Bernardino Machado pode protestar e recorrer à Liga das Nações...

Salazar é um clássico. A começar pelo físico, pelo temperamento fleumático, pela frieza em que lembra os britânicos. Êle mesmo declarou que o seu sistema «é um conjunto de soluções clássicas». Em oposição aos românticos, nada confia ao acaso. Para êle «existe a verdade, simplesmente custa a encontrar como os tesouros escondidos». Sua dúvida é a metódica, não é a céptica. «Ai do homem público — afirma — cujo espírito fôsse presa de eterna dúvida! Se é necessária a indiferença intelectual no decorrer da investigação científica, para a acção individual ou colectiva é indispensável a certeza, ponto de apoio do mando, alicerce da decisão» (17).

Em finanças clássicas, a «certeza», a «verdade» exprime-se por quatro ou cinco princípios que o sistema considera sagrados: o «equilíbrio do orçamento», a «estabilidade da moeda», a «imunidade da renda» Etc. Etc. Respeitados êsses principios, tudo o mais correrá sôbre carretéis: a Fazenda, que trabalhará num ambiente de confiança, a Economia, que não terá no Estado, na moeda elástica, no calote oficial o seu inimigo n.º 1, o Estado, que recobrará a sua liberdade de acção, para empreender qualquer esfôrço de ordem superior.

São as verdades, também de Salazar. Verdades clássicas, verdades postas em prática por processos igual-

mente clássicos. O equilíbrio orçamentário foi obtido pela maneira conhecida: cortes nas despesas, aumento das receitas. Isto é: pelos processos clássicos. Um observador diz: «Não houve milagre nem sortilégio na reconstituição do equilíbrio salutar da tesouraria. Não houve sequer experiências de métodos originais. Tudo se fêz pelos processos clássicos, injustamente postergados, a compressão severíssima das despesas, e o acréscimo razoável das receitas» (18).

A estabilização do escudo também foi realizada segundo os princípios clássicos: depois de realizado o equilíbrio orçamentário, do contrário êle não resistiria à pressão das necessidades da tesouraria e estaria tôda a obra no chão. Princípios clássicos foram ainda os que orientaram a política do crédito, inspirada nos bons métodos inglêses: não fazer apêlo ao crédito para cobrir *deficits*; só recorrer ao empréstimo em casos excepcionais ou quando destinado a inversões em obras de fomento; pagar a dívida flutuante, com o produto do imposto (19). Princípios, aliás, a que Salazar deu fôrça de preceito constitucional, quando inscreveu no art.º 67 da Carta de 1933 o sábio dispositivo: «O Estado só pode contrair empréstimos para aplicações extraordinárias de fomento económico, amortização de outros empréstimos, aumento indispensável do património nacional ou necessidade imperiosa de defesa e salvação pública».

E não fica nas linhas mestras do edifício o classicismo do sistema: domina tôda a obra e eu posso citar a título de exemplo: 1) A política dos juros, que é por êle estreitamente manobrada, seja directamente, através da taxa do interêsse dos bilhetes do tesouro, seja através da taxa do redesconto do instituto de emissão, e sempre neste sentido: «impelir os capitais a tomar o destino da produção de preferência à tesouraria do Estado» (20). Um objectivo clássico: transformar o Estado não no algoz das fôrças do trabalho nacional, mas no seu principal amigo e animador. E posso citar ainda: 2) A maneira como combateu a vida cara: com os juros baixos e a moeda estável. Pelo processo clássico. 3) A sua posição doutrinal em face do problema da «especulação», êste cavalo de batalha dos pregoeiros da justiça económica, especulação que «dentro de certos limites — afirma — tem sua utilidade social» (21). 4) O lugar reservado no seu sistema à iniciativa privada, «que deve ser levada ao máximo», e a concorrência que, não devendo ser ilimitada «deve ter larga margem», e isto — como afirma — «pelo estabelecimento de novas explorações, ou pelo comércio livre, ou pelos preços, ou pela qualidade dos produtos, ou pelas embalagens, ou pelas condições de venda», não lhe parecendo

— adianta Salazar — «que a estreita regulamentação das condições de produção e de venda, amarfanhando todo o «espírito de renovação e de grande iniciativa» seja benéfica para a colectividade» (22). Aliás, para Salazar, o Estado «deve deixar tôdas as liberdades em acção, cada célula deve ser livre e apta a criar, a inovar» (23). 5) A liberdade do comércio exterior, liberdade que Salazar no intuito de contribuir com a sua quota de sacrifício para a solução dos problemas internacionais, problemas humanos no seu melhor sentido, pratica com superior desinterêsse. Enfim: 6) Uma atitude particularmente característica do pensamento clássico: a aceitação do saneamento da economia, segundo o jôgo, a mecânica das leis económicas, o Estado ficando aqui quási na situação do «État gendarme». Diz êle por exemplo: «Seria contra o interêsse geral do Estado pedir-lhe o pagamento de dívidas ou o reembôlso de perdas, a reconstituição com o seu dinheiro de capitais que jamais existiram, a encampação de negócios que cessaram de produzir, a anulação por sistema de créditos mal empregados, a autorização para fornecer provisões para salvar êste ou aquele» (24). Ora aqui estamos em plena «gendarmerie» e tem razão o comentarista que observou: «Não se culpem tanto os princípios pela falência financeira do século XIX, como a forma por que foram aplicados. Introduziu o liberalismo entre nós alguns preceitos sensatos de administração das finanças públi-

cas. Simplesmente os preceitos foram quási sempre letra-morta, o que se explica pelo seu desacôrdo flagrante com o geral condicionalismo político» (25). Porque não há confundir o liberalismo económico, com o liberalismo político. Aquêle em certos momentos da evolução económica dos povos não é só admissível, é absolutamente necessário. A não ser que êsses países queiram matar os princípios mesmos do seu crescimento.

Por tudo isso Salazar é um clássico e pelo menos a respeito de certos princípios, que são válidos em tôdas as circunstâncias de tempo e lugar, os «princípios universalmente estabelecidos e aceitos» (26), de que fala êle, não dirá êle como Jèze: «Il n'y a pas, à mon avis, un système théorique financier idéal. L'object de la science des finances n'est donc pas, quoi qu'en pensent certains, de découvrir le système idéal». (27). Mas eis agora uma particularidade para a qual chamarei a vossa atenção: o clássico que é Salazar — clássico por formação científica, clássico porque o seu sistema repousa em «certezas» — o hirto e rígido teórico que se mostra em certas passagens, quando entra em acção torna-se duma plasticidade e duma flexibilidade sem igual. Em face da realidade, sempre movediça e proteica, o seu «método», que é um mixto de geometrismo, de bom-senso e de substrato histórico, as qualidades humanas do «composto», falam mais forte do que os sistemas e

Salazar nêsse momento é o ortodoxo que traíu. O professor na sua clausura de Coimbra era ortodoxo, o administrador, ao contacto da realidade e do grande ar, é um pecador e um «herético». «Herético quer dizer: céptico, dúctil, ecléctico, capaz de traír os belos princípios, que muitas vezes não são nem princípios, mas «simples ilusões» (28). Mas confesso que estou falando em termos espanhóis; isto é: sucumbindo a certo exagêro que não procurarei disfarçar. Porque a verdade é que o espírito de compromisso em Salazar tem limites bem apertados e há certos princípios com os quais êle não consentirá jámais entrar em transacções, o equilíbrio orçamentário, por exemplo. Êste no seu sistema é um verdadeiro dogma e creio que Salazar preferiria tomar novamente o trem para Coimbra, antes que fazer qualquer concessão a seu respeito (29). Um dogma com uma guarda de honra, a do «Imposto de Salvação Pública», que se deve escrever com inciais maiúsculas, não só pelos sacrifícios que lembra, mas pelo excepcional lugar que tem no sistema, «espécie de volante da administração financeira» (29 A) ora aplicado, ora reduzido, ora suspenso, consoante os imperativos da conjuntura e as necessidades da tesouraria. Êste «volante», esta bela inovação de Salazar, dá a medida do valor que êle empresta ao dogma do equilíbrio do orçamento. E da ferocidade com que êle o defende. Mas voltando ao meu pensamento: o que se dá em Salazar, quando da

cátedra passa para o ministério, é apenas a repetição do desencontro fundamental entre a «tese», sempre ambiciosa, e a «hipótese», sempre modesta. Entre a pureza dos princípios, quando prégados na escola, e sua corrupção, quando inscritos na vida. A finança também tem isso de particular: que é uma ciência mais experimental do que a economia. A economia é mais «cósmica», a finança mais «livre». Daí a sua margem de manobra ser mais larga e os seus princípios menos rígidos.

Gaston Jèze disse uma palavra profunda quando recomendou a mais reflectida e minuciosa atenção do financista em relação aos factos. Aos factos e às «teorias que são também factos». Ora aqui temos mais uma contribuição para o debate entre o classicismo e o romantismo financeiro. Porque entre os dois há uma diferença mais profunda do que a que vai entre uma teoria e a sua aplicação: a diferença que existe entre um método fundado em bases objectivas e um método, se assim se pode chamar, fundado em bases subjectivas. Não confundir o classicismo financeiro com o classicismo económico. Êste é essencialmente dedutivo e unitário, aquêle, ao contrário, é empírico e seus princípios, suas regras procedem do real. Do real sempre múltiplo e disperso. Citarei, a título de exemplo: a moeda fiduciária, saída de «necessidades práticas e não de sábias concepções

teóricas» (30); «a técnica do crédito bancário» (31); e modernamente as teorias formuladas pelos alemães Knapp e Bendixen que consagram, contra o conceito do dinheiro clássico, as novas concepções da moeda inconvertível, concepções inspiradas pela experiência austríaca. «Na Áustria — diz Bendixen—a necessidade actuou como mestra» (32). E êsses exemplos poderiam ser multiplicados à vontade, verificado que está que a maior parte das teorias financeiras começam sempre por constatações empíricas e só depois encontram a sua roupagem ou a sua formulação teórica. Sem dúvida muitas teorias aceitas pela ciência e controladas pela prática têm uma origem especulativa: mas podeis ficar certos de que as mais fecundas, as que são a prova de água e a prova de fogo, as que mais resistem aos temporais e às conjunturas, serão as que mergulham suas raízes na realidade e exprimem o que se pode chamar factos vivos. Uma teoria financeira é sempre uma estilização, nunca uma mera invenção.

Posta a questão nêstes termos, Salazar é um «ortodoxo» e um «realista»: ortodoxo nêste sentido: que age sôbre a base de princípios, de princípios que tanto podem ser demonstrados no quadro negro, como verificados pela estatística e pela história; realista, porque — e isto já foi dito ou sugerido — está longe de ser um técnico segregado à vida, porque sendo por vocação, ou

melhor, por tropismo um «homem de estudo», um homem de clausura, sabe se dobrar aos factos e pactuar com a realidade. E aqui um traço que distinguindo o clássico do romântico, em finanças, distingue também Salazar dos seus predecessores democráticos: e é que o clássico pactua com a vida, ao passo que o romântico pactua com o sonho, com a fantasia. O clássico é sempre um Quixote que faz pacto com Sancho; o romântico é Fausto que faz pacto com o diabo. E nesta distinção uma marca de humanismo. Em Salazar eu vejo também êste pacto: entre o homem de estudo e o homem de Estado, entre o monge coimbrão e o ministro de Lisboa. Mas se falamos em monge — e que há nêle de um monge já tem sido por muitos observado—não esquecer que não é da ordem de São Bruno, mas da ordem de São Bento; não é um cartuxo, quixotesco e super-humano, mas um beneditino, copista e agricultor, um expediente metido no «scriptorium», outro expediente na lavra da terra. Da terra abacial e feudal.

Para passar à ordem do concreto, vamos ver como «trabalha» êsse sistema, esta síntese de ortodoxia e de realismo, quando desce ao terreno e entra em contacto com o real, isso em três domínios capitais e distintos das finanças de Salazar: a estabilização da moeda; a reforma tributária; a experiência corporativa. Não falo do equilíbrio do orçamento, porque aqui, já foi expli-

cado, estamos diante dum Dogma, com «D» grande, e o princípio é aplicado com uma intolerância dominicana. Vamos ver a «síntese» Salazar num dos seus momentos supremos. Ora já vimos como Salazar dispôs os seus planos para resolver a questão monetária: esta foi colocada como um último «tempo», na seriação da problemática da Ditadura, vindo em primeiro lugar o equilíbrio do orçamento, em seguida a reforma tributária, e em seguida ainda a restauração do crédito público. Só depois dêstes resolvidos, e criadas as condições favoráveis para a estabilização, foi esta decretada, o que foi feito em Junho — a data tem aqui sua importância — de 1941.

Do ponto de vista técnico, a estabilização revestiu-se dos seguintes aspectos: 1) O Escudo foi fixado na paridade de 110 escudos por libra, o que significa 24 ½ vezes o valor do escudo em 1911. 2). Esta paridade, relativamente alta, foi adoptada, não por questões de prestígio, mas para obedecer a cânones que a ciência moderna, sobretudo depois dos trabalhos de Gustavo Cassel tornou perfeitamente incontravertidos, isto é: tomou-se por base da fixação a realidade cambial traduzida pelas cotações do momento e o índice dos preços. O que quer dizer: o índice dos preços condicionando a paridade, e não a paridade o índice dos preços. O que significa, como acentuou um comentarista, que «a estabilização teve o carácter de uma consagração de resultados obtidos em vez do aspecto falacioso de um índice de aspirações a realizar» (33). 3) O padrão adoptado foi o «gold exchange standard», ou seja, o lastro ouro representado por «divisas» nos bancos estrangeiros, no caso, o Banco da Inglaterra. 4) A estabilização foi conseguida com recursos próprios, constituidos por 3 milhões de esterlinos, em forma de créditos sôbre o Banco da Inglaterra, sem apêlo, portanto, ao mercado exterior de capitais.

Com a estabilização Salazar coroava um duro labor de 3 anos e tinha posto a chave de abóbada ao esfôrço de reorganização das deterioradas finanças portuguesas. Nêste ponto, o homem podia respirar largamente, satisfeito do seu trabalho, e se entregar a tarefas de outra ordem, aos outros grandes temas, — o do fomento, o do império, o do espírito — objectivados pelo programa da ditadura. Mas eis agora o que aconteceu. Mal começa a lua de mel entre o «rentier» português e a sua moeda, agora rejuvenescida, eis que se abate sôbre o sistema monetário mundial a catástrofe de setembro de 1931: o desmoronamento da libra inglêsa, com o abandono do padrão ouro e sua vacilação dramática em busca de novos pontos de equilíbrio. Imaginai os navegantes de todos os mares perdendo, num determinado momento, o sentido do Norte e tereis uma imagem viva do drama que vinha de acontecer. Para Portugal a libra não era

apenas um ponto de referência, era uma realidade económica viva. Desde tempos imemoriais, desde a era de Dom Diniz, com o Tratado comercial de 1308, anterior ao de «faithful, constant, mutual, and perpetual friendship», que é de 1373, e através do de Methwen, de 1703, que a economia inglêsa e portuguesa são, sob certos aspectos, complementares, a Inglaterra exportando para Portugal o seu ferro, o seu aço, o seu cobre, as suas lãs, Portugal mandando para a Inglaterra o seu peixe, a sua cortiça, os seus produtos coloniais, o seu vinho, de que o mercado inglês foi sempre extremamente ávido. Daí, dêsse intercurso económico, derivou com o rodar do tempo, um intercurso financeiro, talvez mais íntimo, o esterlino tornando-se não só um refúgio, mas também a unidade monetária em que se expressavam, seja nos negócios externos, seja em grande maioria dos internos, os valores do comércio, da produção e das finanças portuguesas. Um documento estatístico informa: «A nossa economia tinha efectuado largas capitalizações em esterlinos; eram em libras a maior parte das nossas reservas do Estado e bancárias: era em moeda inglêsa que se satisfaziam os encargos dos nossos empréstimos; era com a Inglaterra que tinha lugar um quarto das nossas transacções comerciais» (34). Podeis imaginar agora o desconcêrto geral, em face do que, para o orgulho britânico e para os interêsses dos países que tinham relações com a Grã-bretanha, era positivamente

uma tragédia. Para Salazar foi como um golpe na nuca. Isso pela significação que o acontecimento tinha: para o seu prestígio pessoal, ocorrido três meses depois da estabilização; para o erário português, cujas reservas em divisas, afectadas ao lastro ouro da moeda, se viam desvalorizadas de 30 % do seu valor, e o prejuizo daí resultante deve ter orçado nuns bons 500 mil esterlinos; para o pé-de-meia português, que entesourava em esterlinos; enfim, para a produção e para o comércio de exportação, duplamente afectados: pelo regime das oscilações da moeda, regime que ameaçava voltar, e pela perda dos mercados. Prejuízo material para a nação. Prejuízo moral para a Ditadura e muito particularmente para Salazar, a quem os críticos acusavam de ter estabilizado em «divizas» em lugar de o ter feito com metal em espécie guardado na casa-forte do Banco de Portugal. Acusação a que haveria que responder — seja-me permitido o parêntese—dizendo, em primeiro lugar, que com o «gold exchange standard», Salazar procurava auferir um interêsse que não obteria com lingotes de metal amarelo guardado nos cofres do Banco, e, em segundo lugar, que os prejuízos causados pela demolição da libra não atingiram apenas Portugal, atingiram também outros grandes Bancos de emissão, a começar pelo Banco de França que sofreu com o golpe britânico uma perda de 2 bilhões de francos. Mas não é ainda a questão que me interessa e que firo apenas de passagem:

para situar o problema e apresentar o carácter dramático de que se revestia. O que nos vai interessar aqui — e o que entra propriamente no plano do meu trabalho — é a maneira como Salazar pôde descalçar estas botas. Estas difíceis botas inglesas. É aqui que aparece o génio realista de Salazar. O génio realista e a fôrça do carácter. Para fazer face à conjuntura, duas soluções, que eram as únicas, se apresentavam: ou conservar o escudo na paridade de junho, desligando-o da libra, ou desvalorizar, acompanhando o esterlino. Mantendo a paridade de junho ficaria salvo o seu amor próprio e para isso poderia ser invocado o exemplo do franco, que não se mexeu enquanto a libra degringolava. Caso, no fundo, diferente, pois a França teve motivos, os impostos pela diversidade do seu condicionalismo económico, para assim proceder, serviria entretanto, à maravilha, para cohonestar uma posição de carácter ortodoxo. Mas essa solução, aparentemente defensável, não poderia ser adoptada sem um enorme perigo, sob o duplo aspecto dos interêsses financeiros e dos interêsses económicos. Dos interêsses económicos, porque o Escudo forte, conservados os preços portugueses nos índices da estabilização, operaria como um «handicap» particularmente severo contra o comércio de exportação, reduzindo, em conseqüência, o montante das disponibilidades ouro no estrangeiro. Dos interêsses financeiros porque, privado Portugal dêsses recursos, as necessidades portuguesas de

divisas estrangeiras, tão imperiosas num país de balança comercial deficitária, teriam que ser atendidas pelas reservas do Banco de Emissão, o que afectaria a cobertura da moeda, comprometendo a sua solidez. Além disso, a moeda forte operaria como um elemento de atracção sôbre os artigos de fabricação estrangeira, do que resultaria mais um dreno para as reservas em divisas e mais um «handicap» contra a produção que trabalha para o mercado interno. Só numa hipótese seria possível manter o padrão, sem prejuizo para o comércio de exportação e sem perigo para a moeda: a deflacção dos preços e a deflacção tributária. Ambas desaconselhaveis: a primeira porque só poderia ser conseguida com uma indústria que pudesse reduzir os seus custos, esfôrço que não se poderia pedir à indústria portuguesa, não ainda racionalizada; a segunda porque uma deflacção dessa magnitude importaria em ameaçar as colunas mesmas do Templo: o equilíbrio do orçamento. E nós sabemos como Salazar é intratável, quando se trata de bolir no orçamento, êste Dogma...

Nessa hipótese, como agir? Ora, Salazar que nada tem daqueles filósofos do «século das luzes», que diziam: «antes pereça o mundo que um princípio», e que, quanto a questões de amor próprio, é no íntimo um monge, Salazar, êste realista, voltou-se para a solução que coïncidia com o interêsse português: o ali-

nhamento com a libra. Mas aqui uma observação: se o padrão só poderia ser mantido com a deflacção dos preços, o alinhamento só poderia ser realizado, com vantagens, com a estabilidade dos preços. Isto é, se os preços, diante duma moeda que se desvalorizava, se conservassem inertes. Condição aparentemente difícil, sabida a tendência que têm os preços de se reajustarem às paridades da moeda, em tôrno da qual geralmente gravitam, nuns países mais, noutros menos, mas em todos se verificando de maneira infalível. Ora, isso parece que não se dá em Portugal que contava com condições teóricas excepcionais — entre elas a independência da produção exportável da matéria prima estrangeira — para manter-se impassível diante do tumulto monetário e conservar os seus preços nas bases dos dias da estabilização. Parece-me que foi isso que desimpediu o caminho para o alinhamento, que foi feito. Mas alinhamento, bem entendido, até certo ponto — até o ponto que pareceu exacto a Salazar — porque quando a libra passou duma simples quebra a uma verdadeira dança de São Guido, Salazar não teve dúvidas: soube cortar as amarras com o esterlino e garantir a sua liberdade de acção.

Ora isso é realismo. E se me permitirdes direi também que é humanismo: o Escudo real não sacrificado ao Escudo ideal. A entes de rázão. Ou de coração que, em finanças, são considerávelmente piores.

O mesmo realismo, o mesmo conhecimento profundo das realidades portuguesas, aqui um conhecimento quási de confessor, a mesma sensibilidade assinalada nas observações atrás — no domínio da reforma tributária. Quando Salazar assumiu a pasta era a seguinte a situação do fisco português: uma matéria tributária em tumulto, um contribuinte sem civismo, taxas excessivamente elevadas e como resultante dessa situação a desigualdade na «distribuição da carga fiscal vindo a ser tributados com exagêro — como acentuava êle — precisamente os contribuintes que melhor cumprem os seus deveres para com o fisco» (35). Isto é: encontrava o fenómeno que um pouco por tôda a parte é a regra em matéria de fisco: uma espécie de pirâmide de vértice para baixo, onde uma insignificante minoria de Cristos serve de cariátides à multidão dos sonegadores. Ora, as condições mesmas do problema determinavam o caminho a seguir: o alargamento da base da matéria colectável, segundo a regra lembrada por Salazar, de que «onde todos pagam, nada é caro». Mas é na técnica fiscal utilizada por Salazar que está a originalidade e o êxito do seu sistema. Até Salazar — e até a moderna «scienzia finanziaria» fascista — os sistemas de imposto consagravam os seguintes princípios: a) distribuïção da carga das despesas públicas, segundo o critério da tributação das chamadas «faculdades contributivas reais»; o que se torna efectivo, b) conhecendo-se a «totalida-

de» da renda tributável, verificada por meio dos dados da escrita do contribuinte; c) taxando essa renda segundo o critério «progressivo».

Êste sistema que, em sua expressão positiva, datava de 1914-17, na França, e de 1922, em Portugal, embora de rótulo democrático, constituia uma violenta rutura com a verdadeira tradição de 89, a qual, como se sabe, traduzia-se pelas chamadas «quatre vieilles»: ou sejam: o imposto territorial, o imposto sôbre os valores mobiliários, o imposto sôbre portas e janelas e o imposto de patente. Uma rutura com essa tradição pelo seguinte: que repudiava os dois «sagrados» princípios da Revolução, a «liberdade» e a «igualdade», princípios que estavam na base dos quatro impostos tipos de 89, já pelo respeito do segrêdo das fortunas (36), já pelo critério, herdado do «Ancien Regime», da taxação «proporcional» (37). Rutura ainda com o sistema clássico — e o clássico aqui não é só 89, mas também o Antigo Regime — de avaliação do material colectável, o qual consistia na apreciação e fixação do volume do imponível, segundo os signos, as aparências exteriores, ou seja de acôrdo com o processo «indiciário» depois aperfeiçoado no «forfaitaire». O que significa, por último, tributação dos «rendimentos normais» e não dos «rendimentos reais», como praticado pelo sistema de 1914.

Mas deixando os outros característicos em que se inspira êste sistema para depois, porque dizem respeito a outro aspecto da questão, fixemos a atenção sôbre a ambição em que se funda de tributar as «faculdades contributivas reais». Ora, esta ambição é uma utopia. Um novo ente de razão. E a glória de Salazar é a de ter sido o primeiro, ou dos primeiros, a dar o sinal de alarme e a denunciar o mito. E não só isto: mas o de fundar o seu sistema nos princípios e regras que inspiravam a técnica fiscal do passado clássico: isto é: nos rendimentos normais e no critério proporcional.

Mas o assunto é importantíssimo e abrirei espaço para o próprio Salazar:

«Mais de um princípio — observa êle — se pôs em actuação nesta reforma que pode ser considerada revolucionária para os nossos hábitos mentais, para os costumes adquiridos, para a prática corrente da nossa vida administrativa. Verifica-se porém que há, por baixo de princípios geralmente adoptados e indiscutidos, algumas ilusões, caras por vezes. E quando se descobriu que mais valia denunciá-las, que descobrí-las, pôs-se de lado o princípio, venerando de crença e de idade, por outro mais conforme à realidade das cousas e mais útil sob os vários aspectos por que um princípio tributário o pode ser.

Os modernos sistemas fiscais, em todo o mundo civilizado, pode dizer-se, são informados pelo princípio da tributação do rendimento líquido ou livre, rendimento «real», em qualquer caso. Os nossos impostos têm sido também dominados pelo mesmo princípio, sobretudo desde 1922, mas na presente reforma quási sempre se sacrificou êsse princípio à tributação do rendimento «normal» ou de um valor «normal». Pode causar escândalo a franqueza da confissão; mas com igual franqueza se poderá declarar que foi julgado mais mito que realidade o rendimento «realmente» obtido e verificado pelo exercício duma actividade económica» (38). «Eis porque sempre preferí os impostos sôbre os signos exteriores» (39).

Ora, o que nos vêm dizer as melhores autoridades no assunto — depois de Salazar? Eu citarei Louis Totrabas, professor da Universidade de Nancy, que escreve em 1937, e Luigi Einaudi, o famoso catedrático da Universidade de Turim, que escreve também nessa época. Diz o primeiro, que não é propriamente um sectário do antigo sistema pois é por uma reforma do sistema moderno, não pela sua abolição: «Une réforme s'impose, à defaut de laquelle il faudra renoncer tôt ou tard, tant à raison de l'injustice de la répartition que de l'insufisance du rendement, qui souffre de cette évasion, aux

formules modernes, pour revenir au système des impôts indiciaires ou for faitaires et sans personalité» (40). Quanto a Einaudi, num estudo fascinante, «Il mito della giustizia tributaria», não tem dúvida em tomar a defesa do sistema indiciário, em que os pregoeiros das modernas falácias fiscais vêem um legado «di epoche barbare», acusando-os por sua vez de perseguirem um ideal que é «un fantasma un mito procreato da una assai rozza varietá della region ragionante, quella contabilística» (41).

Mas permiti que eu termine êste parágrafo com duas outras inovações de Salazar: duas inovações que são dois verdadeiros paradoxos fiscais. A primeira surpreendo-a na sua exposição de motivos para o orçamento de 1940 — o do primeiro ano da guerra — e consiste em procurar recursos para uma possível quebra de receitas, não nos impostos de importação — como certamente fariam certas almas simples — mas no de exportação. Não poderei dar mais explicações, mas entrego o problema a vossa curiosidade. Êle é bastante excitante. O segundo paradoxo ainda é mais violento. Consiste num escândalo e peço licença aos Doutores Sistemas e Fariseus democráticos para poder revelá-lo. Consiste em que Salazar no seu objectivo de fomentar a indústria, não se limita a baixar taxas: organiza um sistema em bases tais que permite até... a evasão! Não vos privarei de ler o próprio Salazar:

«Há um verdadeiro interêsse público — diz êle — em permitir em certo grau a evasão do imposto pelo aumento da produção ou rendimento acima do que é vulgar — é um estímulo seguro e forte de actividade, de aperfeiçoamento e de progresso» (42).

Eu tenho diante de mim uma matéria que cada vez mais se estende e se desdobra nos aspectos mais instrutivos e curiosos e para abarcá-la, mesmo em suas linhas gerais, haveria que fazer um curso — um curso Salazar — e não apenas uma conferência. Por isso sou obrigado a sacrificar uma porção de notas e observações em tôrno dêste sistema tributário, em que se esconde uma Suma de competência financeira, de psicologia humana e de psicologia social, para prosseguir na minha análise. Mas permiti que aluda ainda uma vez ao humanismo de Salazar, humanismo, segundo eu, responsável por tôda esta cronologia de êxitos. Pois é a explicação que me ocorre: o humanismo, que é o mesmo que realismo, senso de medida, preocupação dos resultados, que é o que conta, salvando-o do mito dos «rendimentos reais», na reforma tributária, como o salvou do mito do «Escudo forte», na degringolada da libra.

Chegamos agora ao último parágrafo dêste capítulo: o ortodoxo e realista Salazar na questão corporativa. Parágrafo que reduzirei ao mínimo indispensável: sòmente para não fazer caso omisso dum dos aspectos mais discutidos da obra de Salazar. Mais discutidos — diga-se — não mais importante. E a propósito farei apenas uma pregunta, talvez ociosa, que é a seguinte: em que medida a posição clássica de Salazar — em matéria financeira — foi afectada pelo regime corporativo? Resposta: em nada. Não há contradição entre finanças clássicas e sistema corporativo. Não existe um debate entre finanças clássicas e finanças corporativas, e isto porque... estas últimas não existem. O imposto de classe? Mas êsse não é propriamente uma criação corporativa; é uma criação que vem do regime liberal. De resto nem êle foi respeitado pelo sistema de Salazar, que reduziu a acção grèmial, em matéria financeira, a um papel de segunda ordem, como se pode concluir do sistema adoptado para a fixação do volume das transacções sôbre que deve incidir a «Contribuição industrial», sistema em que «se aproveita dos grémios e comissões de freguesia — como observa o próprio Salazar — apenas o princípio da representação da classe, pela utilidade que pode ter a sua acção de presença e o seu conhecimento dos negócios dentro do círculo dos comerciantes ou industriais afins» (43). Papel modestíssimo como se vê. Papel quási que apenas honorífico.

Repito: não pode haver contradição entre as finanças clássicas de Salazar e o regime corporativo de Salazar, contra essa hipótese falariam a lógica e a história. A lógica: porque não pode haver contradição entre finanças e economia, coisas de si heterogêneas. A

história: porque as finanças clássicas têm coexistido com todos os regimes históricos. Clássicas eram as finanças que as Côrtes medievais advogavam quando se insurgiam contra a «quebra da moeda», praticada pelo regalismo afonsino, e exigiam a substituição da «quebra» pelo «imposto». Clássicas eram as finanças de Colbert, tão zeloso quanto Salazar da intangibilidade do seu budget. Clássicas eram as finanças da Revolução francesa. E clássicas são as finanças de Mussolini. Isto é: clássicas as finanças, enquanto a economia é: corporativa, mercantilista, liberal, fascista... Haverá necessidade de maiores demonstrações? Mas isso é derivar do verdadeiro debate que é entre o classicismo e o romantismo; entre a verdade e a fantasia; entre o real e o ideal; entre os imperativos da vida e os devaneios da «ragion ragionante»; entre a ortodoxia e a bruxaria...

4
OS OBJECTIVOS

Poderei acalentar a idéia, certamente ambiciosa, de explicar o pensamento secreto que anima a obra financeira de Salazar? Se não laboro em grave equívoco é um pensamento digno das gerações do Quatrocentos e do Quinhentos: reconstituir o pé-de-meia — o «sacro» pé-de-meia português — e forte dos seus «escudos», dos seus «contos», dos seus «bien au soleil», praticar a política de grande estilo, seja na esfera interior, seja na exterior, que se está traduzindo pelo excepcional prestígio de que Portugal goza hoje no mundo.

O pé-de-meia português! Já vos apercebestes da sua importância decisiva no quadro da vida e da iniciativa portuguesa? Do seu papel no quadro da epopeia marítima? Foi enorme — digo-vos eu — e só lamento não estar perfeitamente qualificado para atacar o assunto que é um dos capítulos mais fascinantes de tôda a evo-

lução social e política portuguesa. Sim: foi sôbre êste anónimo pé-de-meia cujas origens são tão humildes — humílimas — pequena reserva do escravo, pecúlio do «vilão» — que Portugal ganhou sua complexidade e robustez de nação. É êle o responsável pela cristalização da sua ordem institucional: o Conselho, a vigorosa legislação foraleira, a Casa dos Vinte e Quatro, a organização fazendária, as Côrtes. Êle que arma o Braço do Povo no seu esfôrço de liberação política. Êle que arma o Rei, os «altos infantes», e lhes dá ânimo para investir o mouro e o mar.

Sua aparição? Sua génese? É uma estratificação de esforços: do esfôrço obscuro do escravo, do servo de gleba depois, que amassam so seus «maravedís», as suas «libras», os seus «cruzados», com a idéia secreta do «resgate»; do esfôrço do mesteiral no sentido de chegar à mestrança; do burguês, no sentido de vencer o nobre, o «rico-homem» chamado, pela fôrça e o prestígio da pecúnia. Dinheiro amassado no sofrimento: êsse pecúlio anónimo, êsse pé-de-meia é sagrado. No século XIII já é uma fôrça. Notou-o Herculano, que o faz remontar aos tempos do terceiro Afonso, aí pelo Duzentos:

«Outro facto ainda mais significativo (além do tráfico comercial, interno e externo) — conta-nos êle —

vem confirmar-nos na persuasão de que ao terminar a primeira década do reinado do conde de Bolonha, os povos de Portugal caminhavam já pela estrada da prosperidade, fôssem aliás quais fôssem as dificuldades políticas ou económicas do govêrno, as desordens entre as classes privilegiadas, e as rapinas e violências que se praticavam por um ou por outro distrito. Êsse facto é o acréscimo dos metais preciosos, da riqueza monetária, não do rei, nem da nobreza ou do clero, em cujas mãos parecia dever achar-se acumulada essa riqueza, mas nas dos vilãos, principalmente dos conselhos» (44).

E noutra passagem:

«Na escuridão e no silêncio, sob o pêso até das opressões, os grêmios populares haviam-se fortalecido; o trabalho produzira o seu fruto, e as classes privilegiadas deviam contemplar com espanto e inveja ir-se acumulando a riqueza monetária nas moradas burguesas e vilãs, ao passo que, não diremos a miséria, mas os embaraços pecuniários começavam a passar como relâmpagos de mau agouro pelos solares senhoriais e se encasavam já permanentemente no alcaçar real. A classe média começava a sobresaír; e como resumindo e simbolizando a sua posterior história o berço da sua vida política era dourado» (45).

O nome de «rico-homem» já nessa época era uma ironia: o rico-homem era o comerciante, o mesteiral, o burguês.

«Res mobilis res vilis» — diziam os «economistas» dêsses tempos, em que o nobre era possuir bens de raiz, o chamado «bien au soleil» ou o «pignon sur rue», dos franceses. E certamente assim parece ser. Mas fôrça é convir que êsse pé-de-meia, que se cristalizava na forma monetária e, portanto, mobiliária, era um elemento de progresso e uma fôrça útil; para não dizer nobre. Dupla é a sua função: 1) criar os orgãos através dos quais se exprimem as «liberdades»; 2) criar os elementos de base, as armas, as naus, sem os quais os grandiosos projetos do infante Dom Henrique não teriam passado de sonhos de um visionário. O Braço do Povo, isto é, o povo em sua forma actuante, militante, o povo como fôrça política, o povo usufrutuário de «liberdades»? Criação sua. As Côrtes? Conquista sua. Os Conselhos? Os Forais? A ordem monetária, vitoriosa contra os numerosos direitos regalianos, direitos que às vezes dir-se-ia trabalharem com as «unhas dobradas» de que fala o autor da «Arte de Furtar», uma unha nas fintas, nas alcavalas, outra unha na moeda? A modernização da máquina fazendária? Do fisco? Tudo obra sua. Para verificações, já que me estou fazendo prolixo, quasi em prejuizo da justa proporção

dos capítulos dêste estudo, dou alguns endereços: Herculano, Sampaio, Lúcio de Azevedo, Alfredo Pimenta, Oliveira Martins, Ameal. Mas tudo isso é a evolução, digamos, interessada, egoista, embora poderosamente construtiva, do nosso pé-de-meia. O pé-de-meia saindo à praça pública, ao páteo da igreja, à casa do conselho, às Côrtes, para pugnar pelas suas «liberdades». Para ter «voz no capítulo». A sua função mais alta — a desinteressada — a função nacional — a função imperial — essa estava reservada para depois, ao impulso da vontade dos Reis: Dom Diniz, Dom Fernando, a Dinastia de Aviz, o infante de Sagres... Dom Diniz e Dom Fernando, ou sejam, os coordenadores da riqueza, os «armadores de navios», os preparadores dos «recursos poderosos» de que fala Oliveira Martins (46), com que se investem as emprêsas tremendas; os reis de Aviz, ou sejam, os mobilizadores, os investidores e os gastadores dessa riqueza. Ou numa imagem que tem o seu «a propósito»: os esvaziadores do pé-de-meia. Um testemunho concreto não vos deixará de ser dado: é o da conquista de Cêuta, a qual foi aprestada com dinheiro transigido pela burguesia do Porto (47); é o de todo o esfôrço africano, como se vê dum empréstimo de 50.090 cruzados tomados por D. Manuel aos procuradores de cidades & vilas «pera ajuda dos Gastos & despesas que fazia nos lugares DÁfrica»; de outros empréstimos, de outras

vendas de Juros Reais, de que está cheio o Reinado de D. João III, para poder levar avante o esfôrço marítimo (47-A). E como as conquistas africanas, tôdas as expedições e emprezas dos Descobrimentos, foi assim que se materializaram: pela vontade de império dos monarcas e pelos recursos do Braço do Povo. Com o velho pé-de-meia português. Hoje, com os fumos da distância, somos inclinados a atribuir os grandes feitos do Quatrocentos e do Quinhentos à febre aventureira, ao ardor das conquistas, ao «serviço de Deus». Ou os menos complexos ao puro milagre. Um tanto como o moço de recados do tempo do Albuquerque que julgava que «as náos da Índia não hão mister pilotos; sempre ouvi dizer que Deus as leva, Deus as Traz». No que aliás tinha razão. Mas não esquecer que na base de tôdas estas emprezas temerárias está o humilde e anónimo pecúlio do servo do século XII, o pé-de-meia do burguês do século XIII. O sagrado pé-de-meia do burguês do Pôrto, o qual, pelo menos o que foi para Cêuta, nos diz o insuspeito Lúcio de Azevedo, ainda hoje está por pagar...

«Acabar grandes feitos com pouca riqueza» eis o mote mesmo de um dos Reis da Casa de Aviz, o segundo João. Mote, lema, para inflamar as vontades e incitar o instinto guerreiro, inclusive o de prêsa. Lema digno do rei do «duro ofício». Mas em suma... lema.

Pensais agora que a função histórica dêsse glorioso pé-de-meia está esgotada? Que prodigalizado nas conquistas africanas, em Cêuta, em Tânger, em Alcacer-Kibir, nêsse «sumidouro de gente, de armas e de dinheiro», de que falava um príncipe mais pacato, o Infante Dom Pedro, nêsse desperdício epopeico — acabou-se para sempre a missão nacional do pé-de-meia? Engano: cumprida a missão imperial, reduzido a zero no «sumidouro» das militares emprezas, êsse pé-de-meia que é uma secreção expontânea do génio português, vai-se refazendo devagarinho, vai-se reconstituindo, vai preparando novas estratificações de cruzados, de dobrões, de escudos, de contos e no ano da graça de 1939 exprime-se por milhões: os 7 milhões de contos dos depósitos bancários; os 5 milhões da Dívida Pública; enfim: o milhão constituído seja pelas entradas provenientes da carteira de títulos estrangeiros, seja pelas remessas do emigrante, o «brasileiro» ou o «americano», e que funciona como factor de correcção da balança comercial, proverbialmente deficitária. Luxo — o constituído por êsse milhão de contos — que poucos países se permitem nos tempos modernos; penso mesmo que só a Inglaterra, a França e a Itália. Enfim: graças ao pé-de-meia: a) de 1891 até os dias de hoje não emitiu Portugal nenhum empréstimo externo; b) os *deficits* orçamentários, numa média de cêrca de meio milhão de contos, têm sido

cobertos com recursos de casa; c) todos os compromissos externos têm sido satisfeitos com recursos próprios, sejam os domésticos, sejam os «brasileiros» e «americanos»; d) as reservas do Banco de Portugal continuam num aumento crescente e deve orçar neste momento aí pela casa dos 500.000 contos; enfim, índice infalível de euforía monetária: a taxa das operações activas e passivas dos Bancos são de 4 ½ %, a do Banco de Portugal, para a primeira, e de 2 ½ %, as das Caixas de Depósitos, para as segundas! (47B).

Volto agora a Salazar. Uma directiva profunda parece inspirar tôda a sua obra financeira: a defesa e a conservação dêsse pé-de-meia, em que êle vê um pilar da grandeza portuguesa. Não a directiva única, sem dúvida, dado que em finanças os problemas são multidão, cada um dêles dominado por condições específicas e princípios que lhe são próprios. Mas a directiva central. A base de tôda a obra. Pô-la em dúvida é pôr em dúvida os alicerces mesmos da construção. É comprometer todo o sistema. Percorrei os principais capítulos desta obra: o equilíbrio orçamentário, a estabilização do escudo, a restauração do crédito, a organização bancária. Um pensamento iterativo — quási um estribilho — está presente em todos êles: a defesa do património português. Conheceis os efeitos clássicos da desvalorização da moeda; a elevação do preço das utilidades; a redução do poder de compra do consumidor; a transferência da riqueza da mão dos credores para o bôlso dos devedores; enfim: a expoliação da fortuna privada e a fuga dos capitais. Estabilizando, um pensamento orienta Salazar: «Não sacrificar mais os capitais — base, factor do progresso económico futuro». Reparai aqui um detalhe que tem a sua significação: êle não diz base da expansão, base da grandeza portuguesa. Essas fórmulas estariam bem na bôca de Mussolini, cujo timbre é ostensivamente imperial. Salazar é um humanista, êle tem o pudor das grandes frases, êle esconde o seu pensamento. «Base e factor de progresso», diz êle: pensamento imperial sem dúvida, mas pensamento secreto...

Idêntico pensamento no capítulo do saneamento da Dívida. Esta, ao tempo em que Salazar assumiu o poder, não era de molde a inspirar receio tanto pelo seu vulto (êste segundo o critério da «capitação» era relativamente baixo em confronto com o de outros países europeus: Inglaterra 18494 Escudos; Portugal, 846 Escudos), como pela sua defeituosa composição: uma enorme parte dela representada pela dívida flutuante e dívida flutuante do tipo que os tratadistas chamam de «patológica»; a parte consolidada, seja a externa, seja a interna, por êste ou aquele motivo (entre êles: taxas de juros inferiores às do mercado do dinheiro, títulos libelados em libras, em regime de depreciação. Etc.)

também deteriorada. Enfrentando o problema Salazar empreende uma série de operações interessantíssimas, fazendo numerosas conversões, em que se consagra a posição de facto dos títulos e clarifica-se a situação. Tudo de acôrdo com a realidade representada pelos índices do mercado do dinheiro. Mas foi na conversão do chamado Externo, operação que consistiu na nacionalização da dívida, que deixava de se expressar em esterlinos para se libelar em escudos, que se torna mais claro o objectivo de Salazar: que é o da protecção dos credores, na maior parte portugueses — sujeitos que estavam aos azares duma moeda, como a libra, que tinha perdido a sua posição orgulhosa de moeda *leader* do sistema monetário mundial e tremia sôbre as suas bases. Um observador escreveu: «Mais acima do interêsse político e financeiro da operação, avultava o interêsse nacional da defesa das economias da classe média que é uma fôrça de conservação social e que merece francamente quanto, no quadro do bom senso, possa fazer-se para evitar a sua proletarização» (48). A defesa do pé-de-meia português.

Entro agora no meu último parágrafo: a política patrimonial — a política do pé-de-meia — como directiva do regime tributário. Mas aqui permiti que me estenda um pouco mais. Em compensação prometo terminar.

Dois grandes sistemas fiscais, ambos com técnicas e ambições ideológicas diferentes e até opostas, e já aludimos a êles, traduzem as aspirações contraditórias dos tempos modernos: o sistema que Flora chama de «radical», orientado pela ideologia radical socialista, e o que se pode chamar o novo sistema «fiscal», que é que vem inspirando os sistemas hoje em vigor em países como a Itália e Portugal. Já me detive na fixação das diferenças de ordem técnica, segundo as regras de lançamento (avaliação e cálculo do imposto) que os distingue: o sistema radical procura taxar os rendimentos «reais», isto é a totalidade dos rendimentos segundo as cifras da escrita do contribuinte, para o que se serve do sistema das declarações controladas, das cédulas discriminativas e temos: o sistema pessoal, o sistema cedular das diversas categorias de rendas. O fiscal, partindo dum ponto de vista mais realista, que era o praticado pelo «Ancien Regime», respeitado na parte que diz respeito ao problema da liberdade, pela própria Revolução de 89, visa tributar apenas os rendimentos normais, que são os rendimentos presumíveis dentro do quadro das condições em que trabalha o contribuinte — e sua técnica é o lançamento segundo os índices exteriores: e temos o sistema «indiciário». O indiciário e o que os franceses chamam «forfaitaire», que obedece ao mesmo princípio do indiciário, à mesma táctica fiscal, mas com métodos mais aperfeiçoados

de avaliação da matéria tributável. Sob o ponto de vista das modalidades técnicas, temos ainda: o sistema indiciário é mais simples para o fisco e mais cómodo para o contribuinte; o sistema cedular, mais complicado, seja para o contribuinte, seja para o fisco, que precisa se entregar a actividades caracteristicamente policiais, para apurar a verdade declarada nas células. Mas o que quero assinalar neste parágrafo, que será o último do meu estudo, são as diferenças de natureza ideológica que dividem os dois sistemas. Residem nisto: que o sistema tradicional, Leon Bourgeois diria monárquico, de espírito «fiscal», com o tributo, quer apenas obter uma determinada receita: a receita necessária para balançar as despesas orçamentárias. O seu objectivo é, portanto, um objectivo financeiro, um objectivo clássico. O sistema radical, não: êsse tem uma ambição de outra índole: fiscal e social; financeira e justiceira. Sim: êsses sistemas inspiram-se em idéias de justiça. Justiça que é uma utopia, um ente de razão, um mito segundo Einaudi, um mito ou uma hipocrisia — mas no fundo o seu cartaz. O seu «farol». «On peut mettre dans une lois de finances une revolution plus grande que celle de 1793», disse o francês R. Frary. É o pensamento que está na base do sistema radical: fazer do imposto um meio de nivelamento das fortunas, um instrumento de redistribuição da riqueza, que para beneficiar tôdas as classes não

precisa esperar pelo livre jôgo das leis económicas, mas apenas um decreto do legislativo, exonerando os «pobres» e tributando os «ricos». Uma verdadeira «macchina di guerra contro la proprietá», como diz Flora. Os meios técnicos de que se serve? Um autêntico arsenal revolucionário: a abolição dos impostos indirectos; em lugar deles, os directos; os impostos sôbre a renda, geral e cedular; o imposto sôbre as sucessões; o imposto sôbre os capitais; enfim, opondo-se ao critério da proporcionalidade, que é um legado directo da Revolução, o imposto progressivo. «L'impôt tel que le comprend M. Leon Bourgeois — diz um contemporâneo do famoso ministro radical, que foi um dos precursores do sistema — a pour object principal de reformer la societé; il s'agit de corriger la nature qui a le tort de faire les uns forts et les outres faibles. L'humanité sera traitée comme les chevaux de course et leur jockeys, auxquels dans l'enceinte du pésage on ajoute ou on enlève ce qui leur manque de poids, ou ce qu'ils ont de trop» (49). Em suma: o imposto como era compreendido pelo antigo Regime era «fiscal» e «nacional»; o imposto como o compreendem os pregoeiros do radicalismo é «fiscal» e «social». Quer dizer: o primeiro, ao mesmo tempo que proporcionava receita para as despesas estatais, objectivava reforçar as classes que garantem o poderio da nação; e o segundo, ao mesmo tempo que provê uma receita para

o Estado, procura realizar a justiça entre as classes. Um é instrumento de unidade, o outro de divisão e de guerra.

Ora, a glória de Salazar é ter rompido com essas concepções anti-nacionais, nos seus resultados, e anti-científicas na sua técnica, porque introduz no facto tributário um elemento extra-financeiro, que é êste preconceito de classe, e ter fundado o seu sistema — pelo menos no que diz respeito à sua directiva profunda—, justamente nas doutrinas relegadas pelos financistas radicais como um «legato di epoche barbare» (50); e de o ter feito, quási que ao mesmo tempo que a finança italiana, quando o sistema radical ainda era considerado em países como a França, a Inglaterra, como a última palavra em matéria de imposto.

Contra os sistemas tributários, organizados no sentido da expropriação forçada da propriedade, objectivando essa ilusória terraplenagem social dos códigos radicais socialistas, Salazar opõe um sistema que é o oposto daqueles: fiscal na sua técnica, conservador e patrimonial nos seus resultados. Um princípio de ordem geral comandará êsse sistema e eu em parte já aludi a êle: «não sacrificar mais os capitais — base, factor do progresso económico futuro e, para os poupar, chamar aos sacrifícios necessários todos os rendi-

mentos da nação» (51); «não sacrificar uma às outras as diferentes classes da Nação e sujeitá-las igualmente a tôdas as restrições impostas pela salvação comum» (52). As classes que não estavam sujeitas a estas restrições era a grande massa eleitoral aos quais os legisladores democráticos, em Portugal como em todos os países, exoneram do imposto, para efeito de popularidade e de voto. Para fazer face ao pêso das despesas públicas há a minoria de proprietários, de pequenos e grandes capitalistas, os Cristos, as cariátides de que falei. Daí o característico financeiro dos regimens eleitorais: que apelam mais para o empréstimo e, quando êste faz falta, para a moeda falsa, para cobrir os seus *deficits*. E que quando tributam poupam a massa, que é sempre a massa eleitoral, para tributar a minoria de capitalistas e produtores, sempre uma «quantité negligeable» do ponto de vista dos «quorum» democráticos. Foi êste o fenómeno denunciado por Salazar, quando no seu discurso «Política de verdade, política de sacrifício, política nacional» chamou aos sacrifícios da hora as «gerações presentes». Isto é: a massa dos eleitores.

Vimos como se objectiva a política fiscal dos partidos de esquerda: pelos impostos directos, pelos impostos sôbre a renda, pelos impostos progressivos. Em oposição a êsses sistemas, Salazar funda a sua política

tributária: nos impostos indirectos e nos impostos proporcionais. Estou dando aqui a tónica dos regimes, porque ambos fazem compromissos com os sistemas contrários, mas o que os caracteriza são estas duas ordens de impostos e de critérios. Os quais representam o seu pensamento, a sua doutrina, as suas directivas profundas. É uma verdadeira revolução! E uma revolução, digamos entre parêntesis, realizada em nome dos costumes e do carácter português, aos quais sempre repugnou — é êle quem o diz — a idéia dos impostos sôbre a renda. E há uma razão para isso: o gôsto, a quási ferocidade do português pelo trabalho, gôsto ou ferocidade em que sentimos qualquer coisa de cósmico, de bíblico. Qualquer coisa como o «ganharás a vida com o suor do teu rosto», cumprido quási como uma devoção, quási como um misticismo. Mas gôsto, ou ferocidade, ou devoção, ou misticismo do trabalho, acompanhado da sua justa contra-partida: o amor do mealheiro, do pecúlio, do pedaço de terra, da «quinta», ou do «quintalejo». De qualquer forma: do pé-de-meia. Os romanos diziam: «Barbarorum est in diem vivere». Isto não se aplica aos portugueses: essa raça de «boeufs de labeur»; êsse povo que tem no sangue o instinto — instinto romano, latino! — do perpétuo, do duradouro. Êsse povo que não se contenta em poupar para a vida, com os «morgadios»; que poupa para a morte, para o descanço

eterno, com os bens de mão morta, os vínculos destinados aos sufrágios espirituais, as «capellas»...

Há povos que têm «caracter» para os impostos sôbre a renda: os anglo-saxões, por exemplo. São povos que enriqueceram mais pelo acaso de circunstâncias felizes: o carvão, a máquina a vapor, a metalurgia, do que pela fôrça do trabalho. Povos de padrão de vida alto. Povos que podem cultivar a chamada «philosophie du délassement». Do lazer. Da preguiça. Povos gastadores. Os portugueses, — e não só os portugueses: os italianos, os franceses, povos cujo «ethos» económico é de outra estirpe — não: êsses terão sempre como um esbulho, um roubo os impostos sôbre a renda. A renda — o pé-de-meia — esta coisa sagrada. A renda, o pé-de-meia, êste edificador de povos e de nações. Êste pilar dos «redressements» franceses, dos «risorgimenti» italianos. Êsse nervo das epopéias portuguesas! Daí ser o português — e penso que os franceses e italianos — um povo que oferece êsses contrastes maravilhosos: de ser um povo que dá a vida antes que a bôlsa. A bôlsa só com muito agrado. Com muita ternura. A bôlsa só quando o português casa com brasileira. Quando a raça de formigas cruza com a raça de cigarras...

Santo Deus! Vejo que vou fugindo do meu assunto e deslizando para a poesia! O que eu ia sisudamente

dizendo era que a revolução tributária de Salazar — revolução maior do que a de 93, em sentido inverso, e recordo a frase de Frary — tinha sido realizada em nome do génio e do caracter português e gostaria de lembrar antes de terminar as suas observações ao repórter Gabriel Boissy, da «Tribune des Nations», de Genebra, o qual lhe perguntava pela composição dos impostos portugueses:

«Mon Dieu — riposte-t-il modestement — ils sont à peu près établis comme en France, mais bien moins lourds et n'avons pas l'impôt sur le revenu classique. Il ne correspond pas d'ailleurs à notre èducation civique. Lloyd George s'étonait un jour que nous ne l'ayons pas. Je luis répondis qu'il n'était pas dans nos moeurs, nos moeurs latins, et qu'un impôt doit d'abord cadrer avec les habitudes morales des contribuables» (53).

Hábitos de povo cujo dinheiro custa o suor do seu próprio rosto, e não do rosto do indú...

Mas vou ficar aqui. A mesma directiva profunda que inspira a estabilização do escudo, a restauração do crédito, o próprio equilíbrio orçamentário, está presente também no sistema tributário — sistema que consagra sôbre a justiça ilusória das Maquinas Registradoras e do «mito contabile» da objurgatória de Luigi

Einaudi, a justiça fundada na apreciação da riqueza tributável, segundo critérios humanos; sôbre os impostos progressivos, frutos «di un sentimento profundamente radicato nell'uomo: l'invidia», como diz o professor de Turim, os impostos proporcionais; sôbre os impostos dirigidos contra o capital, os impostos sôbre a circulação, os impostos indirectos, aliás, desde verificações que datam do financeiro Gaudin, os mais produtivos (54). Um verdadeiro sistema defensivo da fortuna privada. Do velho e glorioso pé-de-meia português.

* * *

Em conclusão. Julgo que através dêste método, dêstes princípios, destas inovações e até dêstes paradoxos, que dão às finanças de Salazar, dentro do clima clássico, um caracter tão pessoal, uma nota, que não será a única, mas que é uma das mais vivas, feriu a vossa atenção: a que assinalei no decorrer desta análise: êste senso de medida, esta aversão pelo sistema, esta repugnância pela utopia, êste oportunismo na acção, esta fidelidade ao real. Numa palavra: o humanismo. O humanismo que tanto singulariza esta obra. O humanismo que, já hoje, inspira os regimes doutros países, e eu o vejo no comovente esfôrço dum

Pétain, mas que resta no meio duma Europa que se debate entre um democratismo falido e os regimes que se erigiram para combatê-lo, entre Babitt e o Super-Homem, um castiço e orgulhoso fenómeno português. E em particular: salazarino.

NOTAS

1) Raymond Recouly, *Entrétien avec M. Salazar,* in Portugal, n.º 22, de 28–2–37.

2) Apud *Salazar e a economia nacional,* por Jeronimo Ribeiro. Ed. Machado & Ribeiro, Porto, pág. 163 e 168.

3) A palavra é de Gonzague de Reynold: «Je dirai que Salazar est le dictateur malgré lui, le dictateur par devoir. Il ne tien pas à la dictature, il est dénué de toute ambition personelle, il porte le pouvoir comme un chrétien porte sa croix.» in *Portugal,* pág. 268.

4) Do prefácio à edição espanhola do *Salazar,* de António Ferro. In *Bandarra,* n.º 10, Ano 1, 18 de Maio de 1935.

5) In *Voz de Portugal,* Março de 1942.

6) *A reorganização financeira,* Coimbra Editora Ltda., 1930, pág. 10.

7) Idem, pág. 11/12.

8) Idem, pág. 12.

9) Idem, pág. 13.

11) Apud António Sardinha, *História das Côrtes Gerais*, pág. CXXXII.

Aos que, por preconceitos jacobinos, não quiserem compreender o sentido, digamos, «funcional» destas atribuïções e forem inclinados a clamar contra a «tirania», eu lembraria as palavras do vate medieval a respeito de D. João II:

> «Com lysongeiros mui pouco folguava
> eram os seus Consselhos muy sãaos
> mostrava-se humano aos que eram meãaos
> a grandiosos & vãos despreçava».

O que era confirmado por Garcia de Rezende que diria que «o tinham por seco de condiçam os grandes, e principaes, que muyto valiam, que dos outros, e da gente meãa, e dos povos foy grandemente amado e querido» (Apud João Ameal, *História de Portugal*, pág. 240).

12) *La pensée de Salazar*, Ed. *SPN*, pág. 19.

13) Idem, pág. 9.

14) *A reorg. &.* pág., 9.

15) *Salazar*, pág. XXXIX.

16) Apud Georges Valois, *l'État, les finances et la monnaie*, Nouvelle Librairie Nationale, Paris, pág. 308.

17) *A reorg. &.*, pág. IX.

18) *A obra de Salazar na pasta das finanças*, ed., SPN, pág. 25/26.

19) Apud Robert Bigo, *Les bases historiques de la finance moderne*, Librairie Armand Collin, Paris, pág. 12/13.

20) *A reorg. &.*, pág. 409.

21) *Discursos*, 1928/34, pág. 291.

21) Idem, pág. 293.

23) Duma entrevista ao jornalista Gabriel Boissy, publicada em *La Tribune des Nations*, de Genebra; in *Portugal*, n.º 15, de 31–5–1936, pág 15

24) Do discurso na 1.ª *Conferência económica do Império Colonial Português*, in *Portugal*, n.º 16, de 8–6–1936.

25) *A obra de Salazar &.*, pág., 13.

26) *A reorg. &.*, pág. 483.

27) *Gaston Jêze, Cours de Science des finances*, pág. VIII.

28) *A reorg. &.*, pág. 106/107.

29) *Exposé des motifs précédant le decret qui a approuvé le budget pour l'année financière 1940*, Lisboa, Imprensa Nacional, pág. 1.

29A) Do «dogma» do equilíbrio do orçamento derivou com o tempo — parece-me — uma outra das inovações de que é rico o sistema de Salazar: a política dos saldos orçamentários. Parece que aqui a experiência também revogou o velho princípio do equilíbrio contabilístico, quero dizer, o equilíbrio à base de cifrão, para se orientar no sentido do que se pode chamar o equilíbrio orgânico: o equilíbrio resultante da prosperidade da tesouraria. É verdade que vejo num dos seus trabalhos a

advertência do clássico: «Não me parece defensavel como política financeira normal a política dos grandes saldos nas contas, sobretudo se a dívida pública não é excessiva, e se os impostos são pesados sôbre a produção nacional. A amortização da dívida aliviará o futuro; o desagravamento tributário pode sêr necessário ao progresso das actividades económicas operar sôbre um ou outro ponto são questões de equilíbrio cuja solução depende das circunstâncias de lugar e de tempo. Mas no caso português a existência de saldos de certo valor nas contas tem uma dupla função, indispensaveis ambas ao nosso futuro financeiro.» Êle enumera essas funções: uma delas que me parece implicar uma questão de princípio: «Assim como na mesa o que farta é o que sobra, também nas contas é o saldo que afirma sólido o equilíbrio e o mostra fora da acção do imprevisto tanto nas receitas como nas despesas públicas.» É o que parece que eu adjectivei com a propósito, chamando-o de equilíbrio orgânico: um excesso de saúde para fazer face aos assaltos da doença. A questão que resta agora é a de saber o que é saldo grande e saldo pequeno. Mas a necessidade do saldo parece ser inquestionável; e isso é mais um «aporte», um princípio, que devemos a Salazar.

30) Apud Roberto Bigo, op. cit., pág. 21.

31) Idem.

32) Federico Bendixen, *La esencia del dinero,* ed. esp., Rev. Occidente, pág. 78.

33) *A obra de Salazar &*, pág. 104.

34) Idem, pág. 105.

35) *A reorg. &.*, pág. 100/101.

36) Apud Louis Totrabas, *Les finances publiques et les impôts de la France,* Librairie Armand Collin, pág. 139.

37) Idem, pág. 149.

38) *A reorg. &.*, pág. 103.

39) Da entrevista a Gabriel Boissy já citada, in *Portugal,* n.º 15.

40) Louis Totrabas, op. cit., pág. 162.

41) Luigi Einaudi, *Il mito della giustizia tributaria,* in *Problemi di Finanza Fascista,* Bologna, Zanichelli editore, pág. 93.

42) *A reorg. &.*, pág. 115.

43) Idem, pág. 121.

44) Alex. Herculano, *História de Portugal,* v. 3, pág. 55.

45) Idem, pág. 113.

46) Oliv. Martins, *História de Portugal,* v. I, pág. 174.

47) João Lúcio de Azevedo, *Épocas do Portugal Económico,* pág. 67.

47 A) Apud Alfredo Pimenta, *D. João III,* págs. 309/322. Tôdas estas páginas, que se referem ao cap. *Finanças públicas,* estão cheias de informações preciosas a êsse respeito. Através delas podemos avaliar a pujança da poupança portuguesa nos tempos a que estamos nos referindo.

47 B) Outros testemunhos de euforia monetária vou encontrar nas últimas notícias de Portugal, que nos fa-

lam dum empréstimo de 1.000.000 de contos, aos juros máximos de 3 ¼ %, destinados a «evitar as conseqüências do excesso de disponibilidades particulares e os seus inconvenientes económicos, com a brusca queda da taxa dos juros e o aumento do custo das utilidades» (Do serviço telegráfico da *Voz de Portugal*, de 7–6–1942). Um telegrama publicado pela *Folha da Manhã*, do Recife, nos informa do êxito do empréstimo, cujas primeiras séries estavam dois dias depois de lançadas «totalmente cobertas na hora de fechar a bolsa.» (*Folha da Manhã*, ed. de 10–7–1942).

48) *A obra de Salazar &*, pág. 57.

49) Apud Flora, *La finanza e la questione sociale*, Torino, Fratelli Bocca Editori, pág. 10.

50) Einaudi, op. cit., pág. 93.

51) *A reorg. &*, pág. 43.

52) Idem, idem.

53) Da entrevista a Gabriel Boissy, in *Portugal*, n.º 15, de 30–4–36.

54) Apud C. J. Gignoux, *La vie du Baron Louis*, nrf., Paris, pág. 58.

ÍNDICE

Manoel Lubambo 7

Ao leitor 15

O panorama da obra 17

O método 23

Os princípios 39

Os objetivos 65

1944
OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
Rua da Oliveira do Carmo, 8
Telefone 22886 / / LISBOA

COLECÇÃO
ATLÂNTICO

2

SECÇÃO BRASILEIRA DO

S ★ P ★ N